

Do útero à terra: encontro de corpos que menstruam em uma horta agroecológica de ervas medicinais.

From the uterus to earth: Encounter of bodies that menstruate in an agroecological herbs garden.

Gabriela Mariano Mendonça¹ e Michelle Mariano Mendonça²

¹ Gestora Ambiental, mestra e doutoranda pelo PPGI Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo, Campus “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ). Membro do Grupo de pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas (AGREMAL). Palmas, Tocantins, Brasil. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-2911-3888>, E-mail: gabriela.m.mendonca@gmail.com

² Doutoranda na Faculdade de Educação na Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSEI/ FEUSP). Artista plástica e Coordenadora pedagógica na Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil. OrcID: <https://orcid.org/0009-0000-2881-5920>, E-mail: michellemm@usp.br

Recebido em: 01 mar 2023 - Aceito em: 13 set 2023

Resumo

Buscamos analisar os impactos da construção de uma horta agroecológica de ervas medicinais, na vida de pessoas que menstruam, residentes na Comunidade Renascer, situada em Piracicaba, SP. A coleta de narrativas foi realizada durante as visitas à comunidade, entrevista semiestruturada e rodas de conversa. A partir das partilhas nos encontros e construção da horta, observamos as mudanças em relação à terra, com esses corpos que menstruam, em relação ao ciclo, alimentação e práticas de autocuidado. Observamos a relação intrínseca entre conhecimentos partilhados entre as gerações, diante da perspectiva ecofeminista e a forma na qual as participantes passaram a ressignificar a ocupação do espaço e a utilização das ervas, inclusive nos questionamentos sobre a ausência dos serviços públicos de saúde, enfatizando a relação entre a opressão e a degradação do meio ambiente, rompido pelo patriarcado, no ato de cuidar da terra relacionado ao ato de cuidar de si mesma (e umas das outras).

Palavras Chaves: Ecofeminismo, Pobreza menstrual, Agroecologia, Autocuidado.

Abstract

We seek to analyze the impacts of the construction of an agroecological herb garden on the lives of people who menstruate, residing in the Renascer Community, located in Piracicaba, SP. Narrative collection was carried out during community visits, semi-structured interviews and conversation circles. From the sharing in the meetings and the construction of the garden, we observed the changes in relation to the land, with these bodies that menstruate, in relation to the cycle, food and self-care practices. We observed the intrinsic relationship between knowledge shared between generations, given the ecofeminist perspective and the way in which the participants began to give new meaning to the occupation of space and the use of herbs, including questions about the absence of public health services, emphasizing the relationship between oppression and degradation of the environment, broken by patriarchy, in the act of caring for the earth related to the act of caring for itself (and each other).

Keywords: Ecofeminism, Menstrual poverty, Agroecology, Self-care.

INTRODUÇÃO

Aos corpos que menstruam, existe a contínua luta sobre a existência de seus úteros que sangram todo mês. Um fato que diversas vezes é ignorado pelo poder público, em um sistema patriarcal, que não contempla as demandas das pessoas que menstruam como questão de saúde pública e de direitos humanos.

Butler dialoga sobre a complexidade que permeia o gênero, cuja totalidade é adiada numa “coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permite

múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor” (Butler, 2003, p.37).

O que permite que se perceba regras de comportamento e disciplinamento dos corpos de crianças, jovens e adultos, diante da ideia performática binária de “ser menino” ou “ser menina”, que abarca tensões de responsabilidades e cobranças diante da cultura. A mesma que nutre e reproduz o discurso sexista construído socialmente, isto é, reprime a variabilidade e diversidade de formas de existência desses corpos, para a imposição de uma divisão binária entre os contextos do feminino e do masculino.

As relações de gênero e as mulheres, majoritariamente correspondem à maior força de trabalho dentro do núcleo familiar. Trabalho esse configurado tanto no cuidar do ambiente doméstico e das pessoas, quanto como provedora do sustento familiar. O ecofeminismo, baseado no estudo das relações de gênero e das desigualdades expressas por relações sexistas e patriarcais, interpreta que a exploração dos corpos de mulheres se dá na mesma proporção que a natureza é explorada. Numa relação intrínseca de ciclos exploratórios e subestimação do corpo que incorpora as tratativas do feminino - seja a mulher, mãe, mãe natureza.

Ao considerarmos o histórico das práticas do autocuidado, as mulheres carregam os saberes que são passados entre as gerações. Flores e Trevizan (2015) destacam que a relação entre ciência, mulher e natureza estaria focalizada no movimento ecofeminista, justamente pelas “semelhanças entre feminismo e ecologia têm sido esquecidas pela ciência ecológica, e essa vertente do movimento feminista, unindo o movimento das mulheres com o movimento ecológico, traz uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação” (Flores e Trevizan, 2015, p.12).

Quando olhamos para as questões da ecologia e da interdisciplinaridade, a agroecologia emerge como um campo para promover o diálogo de saberes entre o saber popular e científico que busca reconstruir a relação dos seres humanos com a terra, para um modelo sustentável, “[...] a Agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos

naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis” (Altieri, 2012, p. 105).

Assim, ao integrar o movimento feminista com o meio ambiente, o ecofeminismo vem se construindo, notoriamente desde a década de 70, práxis que “[...] compartilham o reconhecimento da necessidade de reinterpretação das relações da humanidade com o meio natural” (Siliprandi, 2015, p. 66), identifica e problematiza essas questões, possibilitando a construção de um caminho possível para romper com a invisibilidade desses corpos e promover ações afirmativas, incluindo o acesso à dignidade menstrual.

A pobreza menstrual corresponde a um contexto de vulnerabilidade, com a ausência de condições sanitárias para gerenciar a menstruação, a insustentabilidade dos absorventes descartáveis, ausência de acesso de informações sobre tecnologias menstruais e educação sexual. Além do distanciamento, físico e político aos espaços de atendimento das unidades de saúde básica, que seriam um caminho para possibilitar o cuidado à saúde ginecológica.

Considerando as fragilidades do sistema de saúde e ausência do atendimento a todos os espaços, sobretudo nas regiões distantes dos centros urbanos, como ocorre na Comunidade Renascer, nosso local de estudo. Ainda no contexto dos isolamentos sociais em decorrência da pandemia da Covid-19, é importante destacar que a ausência de apoio à manutenção da saúde das pessoas desses espaços, agrava a invisibilidade de comunidades vulneráveis (Godoy; Freitas; Oliveira, 2020).

Souza *et al.* (2019) destacam que em comunidades vulneráveis é possível perceber ações de iniciativa individual ou de pequenos grupos, sendo inspiradas pela cultura e relações familiares, representando estratégias que possibilitam a realização de ações para a integração social e melhoria da qualidade de vida, atuando na promoção da saúde comunitária e no fortalecimento do território.

Nesse cenário, surgem perguntas sobre as possibilidades de combater a pobreza menstrual e de garantir a saúde de pessoas que menstruam. Com o intuito de abordar essa problemática, dando a ela respostas, o projeto intitulado “Ecofeminismo, educação ambiental e desenvolvimento sustentável: a importância do combate à pobreza

menstrual” se construiu entre 2021 e 2022. Teve como princípio construir encontros e vivências pedagógicas em educação popular ambiental, menstrual e ecofeminista. Buscou adequar a gestão de resíduos sólidos urbanos com o fomento do uso de coletores, discos menstruais e absorventes de pano ecológicos, disponibilizados e distribuídos nas ações na Comunidade Renascer, situada em Piracicaba. Cerca de 100 pessoas foram diretamente impactadas pelas ações. Também foi estabelecida uma horta agroecológica, cujo planejamento e implantação são focalizados nesse texto.

A valorização dos saberes e da cultura local, proposta no âmbito da agroecologia, é capaz de integrar as pessoas, oferecendo maiores oportunidades para o reconhecimento do dinamismo entre elas. Pensando na agroecologia, construída desde uma perspectiva ecofeminista, como alternativas não apenas para enfrentamento da fome e da desnutrição em áreas rurais, mas também para o fortalecimento das comunidades locais, neste caso, comunidades urbanas periféricas. A organização das mulheres apresenta um papel fundamental nesse processo, além de serem as principais cuidadoras da família e responsáveis pela segurança alimentar das suas comunidades.

O ecofeminismo se manifesta com a função de “(...) representar o potencial das mulheres para encabeçarem uma revolução ecológica que estabeleça novas relações de gênero, entre os seres humanos e com a natureza” (Garcia, 2009, p. 2). Isso envolve a autoestima, ecofeminismo, educação sexual e menstrual, tecnologias menstruais e plantas medicinais.

A horta de plantas medicinais foi pensada a partir da agroecologia, com a valorização dos saberes científicos e tradicionais, como premissa reconhecer saberes apontando para a promoção de um diálogo horizontal entre conhecimentos. Buscamos integrar os conhecimentos das pessoas que participaram da oficina para a construção, com vistas aos cuidados da saúde da família e principalmente aos corpos que menstruam. A oficina contou com espaços de diálogos e práticas sobre o autocuidado e cultivo agroecológico, que serão descritos no próximo tópico deste artigo.

Gomes *et al.* (2021) demonstram como o cultivo das plantas medicinais, através do método de plantio agroecológico, possibilita o acesso das pessoas que circulam pelo

local. Elas podem observar as espécies medicinais bem desenvolvidas, com informações capazes de promover saúde e o autocuidado através do acesso ao conhecimento.

Assim, a agroecologia e o ecofeminismo estão relacionados na medida em que ambos buscam superar a lógica capitalista de exploração dos recursos naturais e das pessoas, através da construção de práticas mais justas e sustentáveis. A agroecologia pode se fortalecer como uma ferramenta para a emancipação das mulheres, historicamente responsáveis pelos cuidados com a família e produção de alimentos para o autoconsumo, mas que enfrentam desigualdades de gênero no acesso aos recursos e na participação nas decisões (Herrera, 2016).

Esse artigo tem como objetivo dialogar sobre as ações relacionadas a construção de pilares agroecológicos desde perspectivas ecofeministas, possibilitados através da horta agroecológica de plantas medicinais. Na construção de um espaço de escuta, vivências de bem-estar e partilhas de autocuidados menstruais com técnicas populares de ginecologia natural referente ao projeto supracitado.

METODOLOGIA

Este texto se constitui a partir da descrição e análise da experiência do Projeto de Extensão “Ecofeminismo, educação ambiental e desenvolvimento sustentável: A importância do combate à pobreza menstrual”. A análise da experiência se apoia em revisão bibliográfica e documental sobre a temática da agroecologia e as relações de gênero, e conta com dados de observações de campo e entrevistas realizadas em campo. Os procedimentos metodológicos para análise baseiam-se na bricolagem (Kincheloe, 2007), para contemplar a experiência de convivência diária, e as entrevistas semiestruturadas, na modalidade de pesquisa qualitativa e observação participante.

A bricolagem é uma abordagem qualitativa que se concentra em compreender e analisar os discursos e narrativas presentes em uma determinada cultura ou contexto social. A bricolagem valoriza a interpretação subjetiva, a complexidade e a compreensão dos múltiplos pontos de vista e significados que os diferentes atores sociais atribuem a um fenômeno.

A ideia principal por trás da bricolagem é que a realidade social é construída a partir de discursos, interpretações e construções sociais complexas. Em vez de tentar estabelecer uma única verdade, a bricolagem procura entender como as pessoas constroem significados, narrativas e representações a partir de suas experiências, valores e contextos.

Na bricolagem não se busca descobrir verdades, como se elas estivessem escondidas à espera de um investigador. Busca-se entender o que estão a dizer e como os diversos agentes sociais produzem e reproduzem o discurso. Constitui-se como um instrumento de questionamento das verdades validadas por métodos de pesquisa positivistas e tradicionais. Ela não está para produzir verdades e sim para compreender os discursos (Neira, 2011, p.64).

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a bricolagem, pois o método permite a mobilidade de trajetórias. Para Kincheloe (2006), é a inter-relação do olhar do pesquisador com múltiplos olhares que possibilitará a produção do conhecimento de forma aberta e constante. Ou seja, a bricolagem propõe que o conhecimento esteja sempre em transformação de acordo com o contexto e com as diferentes perspectivas sobre ele, tornando a “bricolagem” como a escolha mais coerente a partir da trajetória da pesquisa.

Nosso foco de estudo foi a Comunidade Renascer, situada na zona noroeste, região urbana periférica do município de Piracicaba, SP. A comunidade surgiu a partir de uma ocupação urbana realizada no segundo semestre de 2019, durante a pandemia da Covid-19, e que atualmente conta com mais de 400 famílias. É importante lembrar dos impactos socioeconômicos da pandemia, sobre a ausência de apoio governamental e da repercussão observada na exclusão social das pessoas de baixa renda.

Na ocupação não há saneamento básico. As famílias vivem em pequenos barracos de madeira, muitos ainda com piso de terra batida. Este local foi escolhido para o desenvolvimento de nosso projeto de extensão pela necessidade de acolhimento e apoio para o desenvolvimento da comunidade. Em nossas visitas, foram observadas as pequenas hortas espalhadas, abrindo possibilidade para a ampliação dos espaços de

cultivo e construção de uma horta coletiva, próxima ao projeto de cozinha comunitária, especialmente para dialogarmos sobre segurança alimentar.

O projeto seguiu os valores e concepções do “Método OCA” (OCA, 2016), que direcionaram a construção da metodologia de todo o projeto. O ponto principal do método consiste na intersecção, e quanto maior for o enraizamento do projeto mais indivíduos serão impactados. Neste sentido, os componentes do método OCA são: temática problematizadora socioambiental; círculo de cultura; mergulhar em si próprio; conjuntura e utopia; planejamento participativo incremental e articulado; estudar, ler, aprender, pesquisar; mapeamento e diagnósticos; intervenção; incidir em políticas públicas; educomunicação; registro, sistematização, monitoramento e avaliação; e cardápio de conteúdo.

Esses componentes orientaram a construção das ações na comunidade, possibilitando orientar a compreensão do problema, aprofundar e entender como esse problema afeta as pessoas que lá residem, de forma sucinta. foram realizados encontros na comunidade com palestras e rodas de conversa sobre os cuidados naturais e saúde; atividades de entrega de kits sustentáveis, para conter o fluxo menstrual com absorventes de pano, coletores e discos menstruais; a construção de uma cartilha sobre ecofeminismo; e a realização, em parceria, de um curta-metragem para fortalecer a educomunicação das atividades realizadas. A conexão com o território, com os participantes e com a rotina do ambiente, tem grande importância para entender e desenvolver uma problemática (OCA, 2016).

Para este artigo, direcionamos nosso olhar sobre a construção da horta agroecológica, cuja metodologia foi desenvolvida a partir das seguintes etapas:

Visitas

Com o objetivo de gerar vínculo com a comunidade e, conseqüentemente, maior aproximação com as pessoas da comunidade, foram realizadas 4 visitas para: (1) reconhecer o espaço, as pessoas, escolha do espaço da horta; (2) o preparo do solo e diálogos sobre o uso e cuidado coletivo; (3) a implementação da horta agroecológica de

ervas medicinais; e (4) segundo encontro para visita e verificar os cuidados com o espaço e diálogos sobre possíveis dúvidas.

Método, mapeamento e entrevista

Os caminhos de investigação foram sendo trabalhados durante a caminhada, movendo-se diante dos problemas e diversidades de possibilidades, onde novos instrumentos surgiam, sensibilizando o olhar para outras questões. Tendo em vista os objetivos de pesquisa, que incorporam diversos pontos e olhares sobre a comunidade, buscar a mobilidade de variados métodos e estratégias, durante o percurso da pesquisa, permite que o estudo seja flexível e respeitoso aos dados que surgem ao longo do caminho. Como defende Kincheloe (2007), o rigor de uma pesquisa inspirada na bricolagem se afirmar na consciência da consulta à diversidade de posições.

Nesse sentido, a primeira visita contou com a realização de entrevistas com perguntas semiestruturadas, realizadas através de uma visita na casa das pessoas que residem na Comunidade, selecionadas aleatoriamente. Dentro de cada moradia conversamos com as moradoras maiores de 18 anos. Ao todo foram entrevistadas 38 moradoras. Esse mapeamento buscou compreender o público alvo e suas demandas, com perguntas capazes de levantar o perfil da comunidade como: idade, quantidade de filhos e núcleos familiares; os impactos na saúde física e psicológica durante a menstruação e como a pessoa costuma remediá-los; formas de conter o fluxo; utilização de métodos contraceptivos; e acesso a serviços de saúde. A partir desse momento, toda a pesquisa e construção da oficina, foram sendo dialogadas com o mapeamento e com as narrativas das pessoas que ocupavam o território.

Encontros para implementação da horta

Ocorreram dois encontros coletivos com o intuito de promover um espaço educador e também de troca de afetos, promovendo autonomia sobre o corpo, protagonismo de todas e todos sobre o conhecimento das ervas medicinais e uma relação saudável com o ciclo menstrual. Duas integrantes da equipe mediam o espaço, enquanto uma integrante do grupo orientava os diálogos do encontro, e outra integrante fazia anotações, em caderno de campo, para posteriormente selecionarmos as plantas com maior

representação para as pessoas da comunidade, que foram adicionadas à horta durante o segundo encontro.

Nosso artigo foca nas atividades relacionadas à implementação da horta e os diálogos suscitados em torno dessa ação. Os encontros e vivências pedagógicas em educação popular ambiental, menstrual e ecofeministas ocorreram em dois momentos, foram planejados para instigar a participação de todas e todos, através do método OCA, com a intencionalidade de vivências de bem-estar e cuidados menstruais com técnicas populares de ginecologia natural.

O primeiro encontro com plantas relacionadas ao cuidado e saúde menstrual: Neste encontro ocorreram os circuitos de cultura com diálogos sobre a vivência e histórias de vida. Neste espaço foram levantadas outras plantas medicinais que foram adquiridas e plantadas no segundo encontro. Os encontros previam um diálogo horizontal e estratégias de rompimentos de qualquer barreira, através de brincadeiras, oficinas e rodas de partilha entre as participantes, sempre com anotações realizadas em caderno de campo. Como escreve Paulo Freire, “Há uma relação entre alegria necessária à atividade educativa e a esperança” (Freire, 1996, p. 72), se fazendo necessário um processo dialógico freiriano para construir encontros que movimentem a partilha, o afeto e a aprendizagem coletiva sobre o uso das ervas medicinais para o autocuidado.

A concepção de planejamento participativo adotada é articulada, pois considera que o processo educador não é rígido, mas pode modificar-se ao caminhar, revisitando as atividades e reflexões realizadas, incrementando-os a partir da avaliação crítica dos aprendizados por eles propiciados, inclusive revendo coletivamente e em instâncias reconhecidas por todas as pessoas envolvidas, os objetivos, conteúdos e técnicas pactuados (Silva e Melo, 2002). A intervenção é um desafio que se coloca para entender e/ou transformar a realidade, de maneira que, ao se buscar enfrentar os problemas, o processo também transforma reciprocamente as pessoas envolvidas.

Vale ressaltar que durante o desenvolvimento do projeto, em cada um dos encontros para a implementação e cuidados iniciais com a horta, houve a organização do acolhimento das crianças, filhos/filhas e irmãos/irmãs, das mães e responsáveis

participantes. Isso se deu com o intuito de garantir o envolvimento integral e participação de todas as pessoas que menstruam. Nas rodas de conversa e entrevista, foi identificada a importância da construção de redes de apoio que acolham positivamente as crianças e seus responsáveis, para garantia de direitos e a participação de todas as pessoas interessadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Narrativas e encontros com a terra

A participação das pessoas que menstruam durante o plantio de mudas e rodas de conversa para dialogar sobre ervas medicinais, promoveram um espaço de fortalecimento dos laços sociais, de valorização das mulheres e dos seus conhecimentos tradicionais.

Nos diálogos, as vozes dos corpos que menstruam residentes na comunidade, relataram suas histórias e destacaram as problemáticas de gênero, tanto no meio urbano como no rural. As questões como violência de gênero, falta de acesso aos equipamentos públicos de saúde e invisibilidade desses corpos pelo poder público, estiveram presentes nos encontros.

As falas de autocuidado, indicação de ervas, práticas vinculadas ao ciclo menstrual, foram temáticas encontradas nas rodas de conversas, pelas próprias participantes, que acolham os relatos e ofertavam afeto e ajuda. Em nosso artigo, as falas presentes nas rodas de conversa das mulheres da comunidade são destacadas em itálico.

O plantio foi realizado coletivamente e com diversos diálogos que envolviam o conhecimento prévio de cada planta, vindo das falas. Perguntas como “Qual chá vocês conhecem que ajudaria nos dias de cólica menstrual?”, “Quem usa determinada erva no período menstrual?”, “Quem já conhecia determinada planta?”, “Quais ervas conhecem além daquelas apresentadas pelo grupo?”, “Quais experiências cada uma delas tem com as ervas?”, “Quais lembranças surgem, quando pensamos em horta?”, “Quais lembranças surgem quando lembramos do gosto do nosso chá preferido?”, “Quem já fez banho de assento? E quais ervas usou para o banho?”. Que resultaram na construção

coletiva de conhecimento e partilha de saberes, residindo na possibilidade de se compartilhar valores ecológicos sustentáveis e motivar o pensamento crítico confrontador das opressões e alienações existentes na vida dos corpos e seus ciclos, da mesma forma que exploram a terra.

Em cada uma das perguntas, era possível observar as relações que cada narrativa trazia, onde o grupo se reconhecia, expressão estranhamento na “coincidência” de partilhas tão próximas, onde cada história e singularidade, partilhavam de uma mesma experiência, o ciclo menstrual.

Se tento dar um relato de mim mesma, e se tento me fazer reconhecível e compreensível, devo começar com um relato narrativo da minha vida. Mas essa narrativa será desorientada pelo que não é meu, ou não é só meu. E, até certo ponto, terei que me fazer substituível para me fazer reconhecível. A autoridade narrativa do “eu” deve dar lugar à perspectiva e à temporalidade de um conjunto de normas que contesta a singularidade de minha história (BUTLER, 2015, p. 52).

Como afirma Butler (2015), a narrativa do “eu” não fala apenas de um, mas sim de um todo, coletivo, temporal, de uma comunidade que partilha, troca informações e se acolhe entre si. Na qual ocorre uma relação de encontro entre corpos que dentre as realidades diversas, dialogam em sua necessidade material e simbólica de sangrar todo mês.

Lembro da minha mãe fazendo chá de camomila, para melhorar a cólica. E todas as mulheres da casa tomavam (Moradora 1, roda de conversa realizada no dia 29 de maio de 2022).

Essa narrativa remete a lembrança familiar como processo de aprendizagem na infância, que se torna hábito na vida adulta. Todas as narrativas continham lembranças de avós, mães e irmãs mais velhas, que no cuidado familiar, partilhavam conhecimentos sobre as ervas medicinais, reforçando a presença da divisão sexual do trabalho e das mulheres como principais cuidadoras da família, que fortalece o acúmulo de saberes sobre os cuidados, mas por outro lado, reforça a sobrecarga de tarefas exercidas exclusivamente pelas mulheres. “Minha avó tinha uma hortinha na janela da cozinha, vai lá em casa, eu também fiz uns vasilhos” (Moradora 2, roda de conversa realizada no dia 29 de maio de 2022).

A horta passou a ser um espaço de resgate de memórias, surgimento de narrativas e partilha de afetos intergeracionais. As narrativas possibilitaram uma observação e reflexão do impacto da construção da horta, por olhares múltiplos, mesmo que cada partilha parta da singularidade de cada corpo.

Vim aqui com a minha irmã esses dias, mostrar a horta e peguei pra ela umas mudas. Falei pra ela tudo que aprendi aqui (Moradora 2, roda de conversa realizada no dia 29 de maio de 2022).

Na partilha de ervas medicinais, cada narrativa resgata informações não apenas orientativas do uso das ervas, sua funcionalidade e propriedades, mas também sua história, a forma que o conhecimento resistiu às gerações e como cultivar em coletivo o autocuidado desses corpos e úteros.

Durante sua construção a maior preocupação foi escutar as pessoas da comunidade e inserir todas as informações diante dessa escuta, no processo de acompanhamento e cuidados do espaço coletivo. Compreender quais conhecimentos sobre cultivos e ervas eram comuns da comunidade, para adicionar informações de forma simples, sendo possível observar que os conhecimentos populares transmitidos através das gerações, resistem na sua matriz matriarcal consolidada.

Foi interessante observar que as participantes destacaram o hábito de cultivar algumas plantas em seus lotes, e a horta agroecológica se construiu como uma renovação de vínculos. Quando observamos os relatos, refletimos como a horta passou a ser um espaço de aprendizagem e (re)encontro, como marco desse processo de construção de conhecimento e fortalecimento da comunidade no território.

Na continuidade da construção coletiva da horta, no segundo encontro trouxemos novas mudas indicadas pelas próprias moradoras da comunidade, dentre elas, babosa, coentro, salsa, alecrim, puejo, menta (levante) e tanchagem. É interessante destacar que durante os 40 dias que distanciam os dois encontros, foi possível observar que as/os moradoras/es da comunidade adquiriram e realizaram o plantio de couve, manjericão, salsinha e cebolinha, tendo em vista o uso da futura cozinha comunitária.

A escuta trouxe os próprios instrumentos para auxiliar a comunidade, a planejar o cultivo, dialogar sobre novas ervas que poderiam ser plantadas e o uso de cada uma. A autonomia foi destacada como um processo em construção pelas pessoas, esses encontros e momentos de partilha e escuta ao redor da horta, tornaram-se um espaço de fortalecimento e enfrentamento dos problemas e desigualdades de gênero no território. Inclusive, as partilhas que envolviam rede de apoio, debate sobre a educação sexual, maternidade e alimentação, passaram a ser pauta.

Os corpos que ovulam e os mecanismos de controle

Em uma análise crítica dos relatos, podemos observar majoritariamente uma condição comum, a falta de saneamento básico digno, ou sua total inexistência, além de contextos que caracterizam insegurança alimentar, como ciclos menstruais longos que podem ser indício de alguma deficiência nutricional de ferro (Munro, 2023).

Narrativas que descrevem a busca de alternativas para tratamentos médicos que se distanciaram dos equipamentos de saúde convencional, totalizando uma média de 15% das participantes, que não frequentavam qualquer unidade de saúde básica há mais de cinco anos.

Marquei algumas vezes e chegava lá, não era atendida, desmarcaram e eu só descobria quando chegava lá. Aí você precisa ir até o posto para ver se tem vaga para agendar, às vezes você vai e nem agendar consegue. Acabo ficando por aqui e procurando ajuda com vizinhas (Moradora 1, roda de conversa realizada no dia 29 de maio de 2022).

Outra participante da roda de conversa destaca: “O pessoal destrata, pergunta cada coisa, que constrange a gente” (Moradora 3, roda de conversa realizada no dia 29 de maio de 2022).

Diante desses relatos, as falas apontavam como existe uma lógica de afastamento dessa população de determinados espaços, além do difícil acesso ao transporte, distanciamento, locomoção e ausência de diálogo com os serviços de saúde e assistência social

Ao observar o distanciamento da população da comunidade Renascer, ligados ao acesso à direitos, esse afastamento, pode se caracterizar como um reflexo das normas e valores

de uma sociedade, que realizam a manutenção das discriminações raciais. O racismo está intrinsecamente fundamentado na estrutura social, como destaca Almeida (2023) quando descreve o racismo não apenas como um conjunto de atos individuais de discriminação racial, mas também como uma dimensão estrutural da sociedade. Demonstrando que o racismo está enraizado nas estruturas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade e pode se manifestar de maneiras sutis e sistêmicas.

As relações que se formam a partir da estrutura social e econômica das sociedades contemporâneas é que determinam a formação das normas jurídicas. O direito, segundo essa concepção, não é o conjunto de normas, mas a relação entre sujeitos de direito. E será através disto que o direito como relação social apontará para a dimensão estrutural do racismo, que não pode ser dissociado do direito, embora nem todas as manifestações racistas sejam jurídicas (Almeida, 2023, p.139).

Embora não seja o foco deste trabalho, é importante abordar a complexidade da relação entre o direito e o racismo, enfatizando que o combate ao racismo exige mais do que simplesmente promulgar leis contra a discriminação racial. É necessária uma compreensão profunda das estruturas sociais que perpetuam o racismo e um compromisso em dismantelar essas estruturas para alcançar a verdadeira igualdade racial.

Além disso, o trecho chama a atenção para a importância de se adotar uma abordagem estrutural para compreender e enfrentar o racismo, reconhecendo que ele está enraizado nas instituições e nas práticas sociais, além de ser uma questão jurídica. E ao destacarmos na pesquisa, a ausência de políticas públicas para a garantia de auto cuidado menstrual, o distanciamento da assistência social e espaços de saúde e a invisibilidade desses corpos no debate das questões de direitos humanos, estamos diante do poder jurídico e político que conduz a perpetuação dessa exclusão e negligência.

Sobre a premissa ecofeminista, o conhecimento tradicional sobre ervas medicinais pode ser visto como uma forma de resistência contra a hegemonia masculina na medicina ocidental, que muitas vezes marginalizou e/ou ignorou o conhecimento e as práticas passadas de geração em geração. Também podem instigar algumas questões, como a invisibilidade desses corpos pelo Estado, assim sendo, pelos sistemas de saúde e equipamentos de atendimento à população. A invisibilidade essa que é refletida na

inexistência de políticas públicas para a efetivação da garantia de direitos e negligenciamento do cuidado com os corpos que menstruam por parte das instituições, como inexistência de distribuição gratuita de absorventes na cidade de Piracicaba, para garantia que a menstruação não seja um fator que limite acessos a estudo e/ou trabalho.

A noção de poder disciplinar e o biopoder foucaultiano, possibilita observar como o disciplinamento dos corpos produzido no interior das instituições de poder, torna o próprio corpo, como um espaço de inscrições e resistência.

E esse controle minucioso das operações do corpo ela o realiza por meio da articulação temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz e, finalmente, por meio da articulação do corpo com o objeto manipulado (Foucault, 1979, p.22).

Para uma população majoritariamente de mulheres pretas, moradoras de uma ocupação numa região afastada da cidade, esse biopoder atua na negligência da compreensão de que que esses corpos são atravessados por questões de gênero, questões étnico-raciais, na qual o sexismo e o racismo estrutural, manifestam-se como um aparato de poder para a reprodução e manutenção da violência, discriminação e exclusão, desses corpos pretos, periféricos e que menstruam

Com isso, esse biopoder gera a exclusão de certos espaços e serviços. A população que ocupa um território periférico, marginalizada pelas instituições públicas, é distanciada do atendimento de saúde pública, diante de uma cidade que não planeja o acesso de transporte público ou unidades de saúde próximas da comunidade. Sendo possível observar uma cultura de abandono de uma determinada parte da população.

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos, a divisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (Mbembe, 2018, p.17).

A censura biológica, nesse caso, pode ser observada na ausência de absorventes ou tecnologias menstruais, que não podem ser obtidos em unidades de saúde, pois estas estão distantes dessas mulheres, e nem por outros meios de acesso à saúde pública. Foram comuns relatos da utilização de papel higiênico, panos, retalhos, algodão, fralda

de bebês para conter o fluxo menstrual. Quando se constrói uma cultura de estranhamento e apagamento a uma reação natural do corpo, você coloca o corpo em situação vexatória, constrange corpos que são convidados a viver silenciados.

Como podemos observar, a totalidade de pessoas que menstruam que frequentaram a escola durante o período menstrual mencionaram que escondiam o absorvente dentro da blusa, se constrangiam ao ir ao banheiro para realizar a troca. Nesses casos, o objetivo era realizar a troca e higiene, sem ninguém cogitar a existência do ocorrido. Outras relataram que faltavam na escola durante todo o período menstrual, devido à ausência de tecnologias menstruais para conter o fluxo, além do relato sobre fluxos altos, que apresentavam risco de vazamento e cólicas fortes, como motivos de ausência escolares.

A horta novamente surge como mediador formativo, na qual uma participante partilha o uso da bolsa de água quente e chá de tanchagem, para ajudar na cólica. Para além de uma partilha de um conhecimento prático, esse espaço fortaleceu os laços sociais, e se constituiu em um espaço de encontro e partilha de experiências, conhecimentos e histórias.

O olhar ecofeminista pode auxiliar na mudança de cultura e normas sociais que sustentam a opressão e a injustiça ambiental e social. Ao desafiar as relações de poder desiguais entre homens e mulheres, a união ecofeminista de pessoas que menstruam, construída ao longo das ações do projeto, pode contribuir para uma mudança cultural mais ampla, que promova a reorganização do espaço e a promoção de ações em prol da igualdade de gênero. Inclusive, pode fortalecer as vozes das pessoas que menstruam em questões ambientais e sociais.

Construir, no próprio território, espaços de formação, autocuidado, protagonismo, autonomia e debate sobre políticas públicas, passa a ser uma ação de resistência e fortalecimento de ocupação de outros espaços.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esses discursos e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra

muito profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade (Foucault, 1979, p.131).

Foram amplamente discutidos temas envolvendo a saúde menstrual e sexual, o uso de medicinas naturais e, ao final dos eventos, recebemos relatos das moradoras da comunidade que não viam importância em consultas médicas ou que odiavam o período menstrual, mas que após os encontros enxergaram a necessidade do acompanhamento médico e desenvolveram uma relação mais positiva com sua menstruação.

CONCLUSÕES

Um provérbio de Lamba, Zâmbia, citado por Achille Mbembe, diz: “Ele deixou sua pegada na pedra. Ele mesmo seguiu”. Diante dessa reflexão, nos inspiramos nesse projeto, marcamos nossas pegadas nas pedras, e uma a uma, seguimos os caminhos de um futuro que se constrói hoje. No fim, cada pessoa que vivenciou um dos encontros, diante da conexão simbólica entre mulheres e natureza, nos círculos de cultura e educação popular ambiental e menstrual, foram em algum momento entrelaçadas entre si. As visitas pós-evento, nessa rede de partilha ecofeminista, evidenciaram como ninguém sai de um encontro sem deixar ou levar algo consigo.

A materialidade de partilhas de conhecimento sobre as ervas medicinais, ocorreu na valorização dos saberes ancestrais, por meio da implementação de uma horta agroecológica de plantas medicinais na comunidade. Durante a implantação dos canteiros de ervas medicinais, foi compreensível a situação de resgate e partilha de saberes, memórias de suas mães, tias, irmãs mais velhas e avós, que ressurgiram a todo momento.

A partir das vivências, as pessoas que menstruam tiveram a oportunidade de se conectar com os ciclos da natureza, colocando em prática seus próprios conhecimentos e os adquiridos pelas vivências sobre ginecologia natural e ervas medicinais. E que apesar da situação precária de habitação em que vivem, a conexão com as ervas e o cultivo de plantas é presente, pois várias participantes possuíam algum canteiro ou cultivavam algumas plantas.

Numa situação de abandono e distanciamento dos locais de atendimento à saúde, a horta foi capaz de promover fortalecer os vínculos sociais, e constituir um espaço de diálogo e troca de saberes a respeito dos cuidados e medicina natural, evidenciando a necessidade das mulheres de cuidarem de sua saúde. Com isso, tornou-se importante ferramenta na promoção da saúde de todas as pessoas que menstruam.

Essa experiência confirmou a importância do ecofeminismo nessa construção, por meio da promoção de encontros que envolvem a agroecologia, medicina tradicional e popular em projetos de combate à pobreza menstrual. Isto posto, elucidou-se também a perspectiva ecofeminista de que cuidar da terra é também cuidar de si mesma, uma vez que, a terra é o espaço para o desenvolvimento de plantas que auxiliam no autocuidado dos corpos que menstruam.

A construção dessa horta agroecológica ecofeminista possibilitou que as pessoas do território pesquisado, que geralmente cultivavam em seus lotes, pudessem cuidar e pensar coletivamente, o que gerou maior envolvimento e integração na comunidade. Podemos considerar que a agroecologia e o ecofeminismo estão relacionados na medida em que ambas buscam a construção de práticas mais justas e sustentáveis, valorizando o conhecimento e as práticas tradicionais.

O projeto deixou perceptível, também, a potência dos encontros na atenção para a necessidade de autocuidado, seja na aproximação aos equipamentos de saúde, bem como na construção da rede de apoio entre as mulheres dentro da comunidade, na promoção do autocuidado, afeto e atenção aos cuidados ginecológicos, alimentação e a preservação da horta podem ser temáticas futuras para a continuação de projetos da comunidade. Ações fundamentais para a construção e sustentação de transformações igualitárias das relações de gênero.

O ecofeminismo foi o guia traçado para a construção e mediação dos encontros e a valorização do conhecimento tradicional sobre plantas e ervas medicinais, advindo das vozes dos corpos que menstruam, vozes essas passadas de geração em geração, que se constituiu no fortalecimento ao combate da pobreza menstrual. Além da potência na promoção da saúde das mulheres, na luta por justiça ambiental e igualdade de gênero,

promovendo a ação coletiva em prol da autonomia e visibilidade desses corpos. Ao pensar criticamente na escuta e espaço ocupado pelos corpos que menstruam, foi gerado reflexões sobre o impacto do racismo estrutural, machismo e sexismo, na luta por visibilidade e direitos humano a populações periféricas, trazendo aqui os diversos apontamentos para efetiva garantia de direitos a essa população.

AGRADECIMENTOS

Universidade de São Paulo pelo programa “Inclusão Social e Diversidade na USP e em Municípios de seus Campi” pelo financiamento para o desenvolvimento do projeto. Profa. Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, Profa. Dra. Patrícia Faga Iglecias Lemos, Dara de Souza Amorim, Larissa Doralice Gurian, Laura Iglecias Lemos pela participação na construção do projeto “Ecofeminismo, educação ambiental e desenvolvimento sustentável: A importância do combate à pobreza menstrual”.

Copyright (c) 2023 Gabriela Mariano Mendonça, Michelle Mariano Mendonça

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaira, 2023. 208p.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Expressão popular, 3ª edição, 400p. 2012. BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica. 2015. 199p.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288p.
- FLORES, Bárbara N.; TREVIZAN, Salvador D. P. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Estudos Feministas**. v. 23, n.1, p. 11-34 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/011>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. 76p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.
- GARCIA, Loreley G. Ecofeminismo: Múltiplas Versões. **Revista Ártemis**, v. 10, p.96-118 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/11829>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- GODOY, Lucimar P.; FREITAS, Roseane S.; OLIVEIRA, Elaine C. V. de. **A Covid-19 e o desafio para o cuidado das populações vulneráveis no Estado do Paraná**. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v.

3, n. 11, p. 22-29, 2020. Disponível em:
<http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/421>. Acesso em 20 jan. 2023.

GOMES, Bárbara I. R. *et al.* **Quintal da saúde**: plantas medicinais na promoção do cuidado. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 32567-32542, 2021. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/27344>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HERRERA, Karolyna M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Revista de Sociologia Política**, v.15 edição especial. p.208-233, 2016. DOI:
<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em 10 nov. 2022.

KINCHELOE, Joe L. Para além do Reduccionismo: diferença, criticalidade e multilogicidade na bricolagem e no pós-formalismo. In: PARASKEVA, João (Org.). **Currículo e Multiculturalismo**. Tradução de Helena Raposo e Manuel Alberto Vieira. Mangualde. Portugal: Edições Pedagogo, 2006. p. 63-93.

KINCHELOE, Joe L. Redefinindo e Interpretando o Objeto de Estudo. In: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathlenn S. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 101-122.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**, original 2003, São Paulo: Editora N-1 edições. 2018. 80p. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/article/view/41651/22587>. Acesso em 28 dez. 2022.

MUNRO, Malcolm G. Heavy menstrual bleeding, iron deficiency, and iron deficiency anemia: Framing the issue. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**. v. 162, n. S2, p. 7 – 13, ANO2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ijgo.14943> Acesso em 18 ago. 2023.

NEIRA, Marcos G. **Educação Física**. São Paulo: Blucher, 2011. 116p.

OCA, Laboratório de Educação e Política Ambiental. **Método Oca de Educação Ambiental: Fundamentos e Estrutura Incremental**. **Ambient & Amp. Educação**, v. 21, n. 1, p.75-93, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6012>. Acesso em 15 dez. de 2022.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352p.

SILVA, Maria M. L. da; MELO, Maria A. C. de. **Planejamento adaptativo**: uma resposta para sistemas complexos. **Anais**. Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro.2002. 12p. Disponível em: <http://www.din.uem.br/sbpo/sbpo2002/pdf/arg0015.pdf>. Acesso em 02 jan. 202.

SOUZA, Izautina V. *et al.* Enfrentamento de problemas que impactam na saúde de uma comunidade socialmente vulnerável sob a ótica dos moradores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v; 24, n. 5, p.1647-1656 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.04392019>. Acesso em 28 jan. 2023.